

**“BARRADAS NO BAILE”: Aspectos da vida social e cultural em Retirolândia/Ba  
- As festas do Clube Associação Cultural Itatiaia (1970-1990).**

**Aleí dos Santos Lima\***

**RESUMO:** O presente estudo se propõe a analisar alguns aspectos da vida social e cultural da cidade de Retirolândia/Ba, entre as décadas de 1970 e 1990, cuja questão central é problematizar as representações sociais e de gênero em um contexto de relações hierárquicas a partir dos Bailes Sociais promovidos pelo Clube Associação Cultural Itatiaia. Para participar de tais atividades seria necessário gozar de “bom comportamento moral”, especialmente quando se tratava de mulheres, tendo em vista a importância que os salões de festas desempenhavam como refletores do charme, da política e do poder. Com a finalidade de investigar as peculiaridades das regras que vigoravam nessa sociedade utilizamos livros de atas; contabilidade; contratos artísticos; regimento interno entrecruzado com fontes orais, imagéticas e bibliográficas.

**Palavras-chave:** Bailes, Mulheres, Moralidade.

Em mais uma ensolarada manhã de domingo do ano de 1967, reunidos no salão nobre da Prefeitura Municipal de Retirolândia, um grupo de homens de prestígio decidiu criar um ambiente que pudesse congregiar funções recreativas, desportivas e de sociabilidade para as famílias da sociedade retirolandense. Com altivo orgulho, deliberaram acerca da organização do Clube Associação Cultural Itatiaia,<sup>1</sup> local que sediaría grandes bailes e preencheria a vida social da minúscula cidade do sertão da Bahia com charme e elegância, durante algumas décadas. No presente estudo, essas atividades festivas são analisadas como produção e reprodução da cultura, da política, das inter-relações e das regras sociais experimentadas no cotidiano, visando refletir de que maneira a promoção desses eventos contribuíram ou não para ampliar desigualdades de gênero e revelar aspectos da sociedade de Retirolândia entre as décadas de 1970 a 1990.

A cidade escolhida como espaço de ação dessa pesquisa ainda era bastante jovem<sup>2</sup> e carecia de um ambiente apropriado para sediar as reuniões e os bailes que aconteciam nos salões residenciais ou, quando maiores e mais badalados, no armazém

da fábrica de cordas de sisal do empresário Pedro Pinheiro.<sup>3</sup> Deste modo, fazia-se necessário romper com os elos da antiga Vila e adotar uma postura urbana que adequasse a cidade aos novos anseios e formas de lazer que atendessem ao refinamento das classes dominantes.

Retirolândia, lentamente, ganhava contornos de cidade. Essa e outras novidades ocasionaram novas formas de lazer e novos hábitos culturais que alterou a aparência do espaço e a vida de seus habitantes. Foi nesse cenário que o Clube Associação Cultural Itatiaia foi gestado, tendo como seu primeiro Presidente Adalto Manoel da Cunha que, em julho de 1969 transferiu em Assembléia Extraordinária o exercício da Presidência para o Vice Presidente da entidade, o bem sucedido empresário do ramo do sisal: Adevaldo Martins dos Santos, o qual administrou a Associação por longos vinte anos ininterruptos. Acreditamos que os salões da Associação Cultural Itatiaia se configuraram como um espaço cultural recheado de personagens que reproduziram uma oposição entre homens e mulheres, bem como, entre mulheres e mulheres de diferentes ocupações sociais. Logo, é de fundamental importância interpretar os seus passos, as suas danças, os seus ritmos de vida para que possamos deste modo, abrir as cortinas da história das mulheres da pequena Retirolândia. O baile vai começar!

- **Barradas no Baile: “mulheres faladas” e domésticas**

Em noites de baile, nas dependências da Associação Cultural Itatiaia, dificilmente uma mulher aparecia sozinha, mas, acompanhada sempre por uma figura masculina na qualidade de marido, noivo, pai ou responsável, pois não era socialmente apropriado, uma mulher, sendo feita para o casamento e para a maternidade comparecer a bares e boates desacompanhada, conforme assegura Margareth Rago no seu estudo sobre a mão de obra feminina e a moral social em São Paulo do século XX.<sup>4</sup> Na A.C.I., códigos morais favoreciam a seleção das mulheres que podiam participar da festa mais aspirada daquela cidade do semiárido baiano ao longo de todo o ano. Todas aquelas consideradas pelo círculo social retirolandense como vulneráveis ao descumprimento das regras morais ou que não gozassem de “boa conduta sexual”, a exemplo das

mulheres namoradeiras e difamadas, eram barradas do baile, “tratadas como maus- elementos”, pois representavam grave ameaça a integridade do modelo da família burguesa - hierárquica, nuclear, branca e de classe média.

Importante destacar que estamos nos reportando a um momento, no Brasil, em que a sexualidade feminina não era assunto particular. Em meados dos anos quarenta<sup>5</sup> a moralidade determinava como uma moça de família deveria se comportar para conseguir alcançar a felicidade plena por meio de um promissor casamento. Manter a virgindade, conter intimidades durante o namoro, não prender a atenção dos rapazes com gestos sensuais e impetuosos eram medidas que as moçoilas de família deveriam tomar para não ficarem difamadas ou se aproximarem das levianas, as quais, a princípio, não tinham chance de conseguir um bom consórcio matrimonial. Preservar a “castidade” era sinônimo de idoneidade moral.

Nesse sentido, fazia-se indispensável vigiar e assegurar a distância entre as mulheres honradas daquelas de conduta duvidosa que ousavam tentar desfilas seus encantos pelos salões da Associação Cultural Itatiaia. Pensando em salvaguardar a honra das moças e a continuidade da família, os dirigentes do Clube tomavam certas precauções. Segundo José Trabuco Rios, integrante do Conselho Deliberativo da A.C.I. por oito anos (1967-1975) e Delegado de Polícia Civil à época, durante as festividades o mesmo se dirigia com uma guarnição de policiais à paisana e posicionava-se, estrategicamente, em frente à porta que dava acesso aos corredores da A.C.I. , a fim de inibir a presença de quem não atendessem às condições sociais de aceitação,

[...] então, daí foi que criou um sentido, naquele tempo mais antigo de selecionar. O Sr. Adevaldo [...] e eu - eu era o Delegado de Polícia -, então ia eu e ele pra porta selecionar. Só entrava as famílias de gabarito, que tivesse nome, que não tivesse dúvida, [...] que não tivesse mal procedimento por ser uma festa social, honesta e elevada como, de fato, todas foram. Uma festa tranquila, sem brigas, sem momentos de cachaçada e sem boatos de famílias indignas, mas como hoje nós estamos numa sociedade diferente, não sabemos qual é a família credenciada a moral nem a descredenciada à moral. [...] então foi assim que nós realizamos essas festas aqui em Retiroândia, quando as festas eram festas [...] mas hoje o sistema já é mais moderno, já se torna um sistema com elevadas críticas que hoje nós não sabemos nem qual é a família digna que faz parte de um clube, vivemos em um mundo da contrariedade, do sentimento, do receio, da ante moral.<sup>6</sup>

Nota-se, portanto, a intensa vigilância social sobre a vida privada. É possível identificar na fala do entrevistado a ênfase atribuída ao moralismo sexual quando o mesmo enfatiza que nos bailes “só entrava as famílias de gabarito, que tivesse nome, que não tivesse dúvida, [...] que não tivesse mal procedimento”. Deste modo, para atravessar a barreira da vigilância na portaria principal, as mulheres tinham que zelar cotidianamente pela idoneidade do seu nome fossem elas casadas, separadas ou solteiras; o importante era não se “perder” buscando a felicidade em simples momentos de prazer sexual, pois corriam sérios riscos de serem enquadradas nas fichas sociais das “famílias indignas” e “descredenciadas à moral”, conforme afirma José Trabuco.

Era necessário conjugar esforços para que os ares da nova cidade e as diferentes formas de lazer que surgiram com a mesma não atentassem contra a ordem familiar e a moralidade pública. José Trabuco acredita que o Clube cumpriu a sua função de perpetuar a educação moral, pois, a sua festa tinha caráter fundamentalmente “social, honesta e elevada como, de fato, todas foram”. Sobre os critérios restritivos e as estratégias de vigilância e acesso aos bailes, Adevaldo Martins dos Santos, ex-presidente da Associação Cultural Itatiaia, acrescenta que naquela época, “o negócio era rígido, era seguro”. Durante boa parte da madrugada, o mesmo também fiscalizava o *hall* de entrada com a finalidade de assegurar o controle dos participantes.

[...] Era difícil de entrar porque o pessoal já sabia [...] era lei seca na portaria. Não entrava mesmo, nem vinha, nem vinha porque teve uma vez [...] que eu tirei um pessoal de lá de dentro. [...] Não tava normal, e começou a querer a esculhambar o negócio, peguei, fui lá e tirei, tirei pra fora [...] do Clube.<sup>7</sup>

Quanto ao fato da retirada da pessoa que “não tava normal” do interior do clube, o entrevistado hesitou em detalhar. Disse não se recordar muito precisamente. Supomos que se trate da retirada de uma mulher difamada na cidade que ultrapassou as barreiras da moralidade e conseguiu entrar no salão de festa, acontecimento que outros entrevistados também citaram sem maiores pormenores. Partindo da análise das colocações do antigo gestor da Associação, percebe-se que os modos institucionais de poder e exercício de controle sobre as mulheres desonradas confluem na defesa dos valores e das crenças socioculturais dominantes, as quais legitimam o comando masculino e refletem as atitudes convencionais acerca das relações sexuais do universo

feminino. Nesse contexto, Rachel Soihet destaca que “a honra da mulher está vinculada à defesa da virgindade ou de fidelidade conjugal, sendo um conceito sexualmente localizado, do qual o homem é o legitimador”.<sup>8</sup> Assim, a ausência da honra feminina, que valia muito no mercado das transações matrimoniais, traria consequências a todo seio familiar.

Terezinha Joana Oliveira Carneiro; casada com Givaldo Oliveira Carneiro, Secretário da A.C.I. durante dezoito anos e, sucessor de Adevaldo Martins na Presidência; afirma que a mulher que tivesse “qualquer nomezinho” era impedida de entrar. “Assim, se namorou com o marido da outra [...] tá namorando com homem casado, era considerada (...) mulher livre” e as mulheres livres “eram discriminadas”<sup>9</sup> pela sociedade. Para além das namoradeiras e difamadas, existia outra categoria de mulheres que, durante muitos bailes, tiveram seus passaportes vedados pelos corredores sociais que davam acesso aos salões do Clube Associação Cultural Itatiaia: as domésticas.

Ao considerar as mulheres que desempenhavam as atividades desprestigiadas em torno do fogão das senhoras da pequena elite retirolandense, não podemos deixar de discutir a hierarquia existente e as contradições do trabalho doméstico, onde patroa e empregada são ao mesmo tempo personagens no jogo de conflitos de gênero e de classe. Florizete Martins dos Santos, branca, 54 anos, serviu “portas a dentro”<sup>10</sup> na casa da família de Adevaldo Martins por dezessete anos quando este ainda era presidente do Clube referido. Ocasão em que experimentou no seu cotidiano as demarcações do espaço da rua e da casa onde trabalhava como babá e doméstica. Tais ambientes eram “entendidos enquanto esferas de ações sociais distintas e complementares”<sup>11</sup> que refletiam na vida particular e pública de quem desempenhava o serviço caseiro. Florizete Martins era uma das muitas domésticas que não podiam participar dos bailes sociais promovidos pela e para elite retirolandense, pois existia

muitas domésticas que o pessoal falava que elas curtiam demais, arrumavam muitos homens então, achavam que todo mundo era igual. Muitas domésticas [...] nem se aproximavam da porta do clube. [...] Tinha uma moça que trabalhava em uma casa que o patrão dela era sócio do clube e quando ela foi pra festa botaram ela pra fora do clube porque ela não poderia ficar no meio da sociedade, porque ela era difamada, ela era falada. Ela entrou e botaram pra fora, a segurança botou ela pra fora. Era onde as outras empregadas domésticas não

poderiam participar de nada do clube por causa dessa pessoa que era difamada, que era falada. [...] Dizem que ela era pessoa assim que pegava um, outro. Então, naquela época, isso desvalorizava a pessoa.<sup>12</sup>

Conforme já salientado anteriormente, a moral sexual em vigor reprimia a sexualidade da mulher, mas não de todas as mulheres. As mulheres pobres, oriundas das classes desfavorecidas, poderiam satisfazer os desejos masculinos, mas não deveriam se infiltrar nas rodas de convívio social que resguardava uma parte da população feminina para o enlace matrimonial. A maquiagem da moralidade pública escondia as dissimulações machistas. Segundo Florizete Martins, diante dessa severa vigilância e da eminência de serem colocadas “portas a fora” por terem fama de “curtir” demais com vários homens, muitas mulheres que sobreviviam do trabalho doméstico nem se aproximavam das vias de acesso aos salões de festas da A.C.I. O fato de uma de suas colegas de labor, com o consentimento do seu patrão que também era sócio do Clube, ter conseguido entrar no baile tendo, em seguida, sido expulsa, seguramente, desencorajava outras a fazerem a mesma tentativa. Em face da geografia da moralidade que só proporcionava o encontro dos “desiguais” nas cozinhas e extensões da casa do patrão e da patroa, as domésticas buscavam outros lugares de divertimento, como prossegue a entrevistada:

Existia um forró da farinha no Mercado. Então lá [...] era lugar das pessoas, de negros, empregadas domésticas e trabalhadoras da bateadeira e do motor. Então, [...] as empregadas já sabiam que tinha esse forró e não iam pra o clube, que não entrava, mas ia pra esse, pra o Mercado da farinha onde existia esse forrozeiro. Porque, infelizmente, o Mercado era pra pessoas de baixa renda.<sup>13</sup>

O Mercado era o local dos “comuns”. Entre suas bancas de cereais, miúdos de boi e cachaças à base de caçutinga e pau de rato,<sup>14</sup> o forrozeiro tocava para animar os “negros, as domésticas e trabalhadoras da bateadeira e do motor”,<sup>15</sup> como ressalta a entrevistada. Em torno das sacas de farinha os iguais de classe se uniam para construir e fortalecer suas relações, uma vez que não podiam bailar no mesmo ambiente em que os seus superiores se divertiam. A baixa condição social e os arranjos familiares que contrariavam o padrão de família desejado pela “boa sociedade” fazia com que as mulheres oriundas desses grupos fossem caracterizadas como sendo de caráter fraco e propícias ao devaneio moral desde muito tempo.<sup>16</sup> Florizete Martins, por exemplo,

somente passou a frequentar os salões da A.C.I quando, em 1980, abandonou o antigo avental da cozinha da patroa para receber a coroa de “rainha” do seu próprio lar. Segundo a mesma, “eu era só mãe de família, não trabalhava mais em casa de ninguém, só tomava conta dos meus filhos”, quando obteve licença para participar dos bailes sociais, pois não representava risco às demais senhoras.<sup>17</sup>

Maria Neuza de Sá Oliveira, negra, 60 anos, ainda adolescente começou a trabalhar nas casas das famílias abastadas de Conceição do Coité e, posteriormente, de Retirolândia. Tanto ela quanto Florizete Martins eram procedentes do mundo rural, filhas de famílias muito pobres. Acreditamos que o trabalho doméstico foi um importante canal de acesso, permanência e sobrevivência para as mulheres de baixa condição social em uma Retirolândia sem muitas opções de emprego, mas tinha seus sabores, seus isolamentos. Quando questionada acerca da segregação dos espaços de entretenimento vivido naquele cotidiano, Maria Neuza de Sá desabafa: como as domésticas não podiam entrar na sede da A.C.I.,

[...] procurava um lugar como o Mercado, ali o Mercado velho. Fazia o baile lá e a mulherada ia tudo. Quem era de classe pobre ia tudo pra lá. [...] Acontecia outra festa [...] em outro salão, mas...festa pra pobre. Agora, tinha rico que porque, às vezes, tinha algum ruído com alguém ia lá e entrava. Não dava nada, mas elas de lá não podia sair pra vim pra cá, pro Clube.<sup>18</sup>

A narrativa da entrevistada corrobora a existência da prática de relações sexuais, que a mesma intitula de “ruído”, dos homens destacados socialmente com as mulheres de outra ocupação social. Interessante perceber que os homens frequentadores das atividades recreativas da A.C.I. podiam, sem maiores restrições, compartilhar do espaço de lazer das mulheres consideradas difamadas, mas o contrário não era tolerado. O Mercado de cereais atraía em torno de seu galpão os homens do sisal, comerciantes, estudantes, desocupados e demais trabalhadores, pois lá era mais propício encontrar mulheres disponíveis as perversões sexuais não permitidas com as “moças de família” e com as “santas” esposas no recôndito de seus lares. Ainda sobre os lugares dos eleitos e das poucas mulheres “escolhidas” para se confraternizarem nos salões da A.C.I., Maria Neuza de Sá enfatiza que os sócios retirolandenses tinham suas prioridades, não faziam questão de inserir no seu meio social a mulher doméstica, negra e pobre,

eles achava que eles era tudo chique e a gente era pobre. Não tinha dinheiro e se pagasse, não aceitava pagamento [...] Era porque era doméstica ou de um sentido ou de outro [...] era porque era preta. Porque era pobre, porque o cabelo era duro, não era branca, pronto. Era por isso [...] Era bem procedida igual ou até mais que as filhas deles. Eles botava pra lá.<sup>19</sup>

O binômio raça/classe agravava o lugar da mulher na sociedade ainda em fase de desenvolvimento na cidade de Retirolândia, reforçando as desigualdades de gênero. O trecho da entrevista de Maria Neuza de Sá reafirma essa conjuntura com bastante precisão. As características fenotípicas (cor da pele, lábios grossos, textura do cabelo) e a questão econômica marcavam com maior veemência a hierarquização das relações sociais. O processo de inserção da população negra no mercado de trabalho permanecia relegado ao caráter de subalternidade herdado dos largos anos de escravidão. O estigma do trabalho escravo no Recôncavo e nas cidades Sertanejas do interior da Bahia, como em Conceição do Coité e seus arredores,<sup>20</sup> permeou a atividade doméstica e reforçou o desprestígio da profissão, principalmente quando realizadas por mulheres de cor.<sup>21</sup> Para além dessa questão, os traços físicos e a textura do cabelo somavam pontos quanto à inferioridade e ao preconceito racial, conforme enfatiza a entrevistada quando pondera acerca da sua condição social e do seu cabelo “duro”. Mesmo sendo honesta, “bem procedida igual ou até mais que as filhas” dos sócios, Maria Neuza de Sá era pobre, negra e doméstica, portanto, não atendia aos critérios de aceitação dos salões da A.C.I.

Nesse contexto, a hierarquia entre mulheres é um fator que não pode ser colocado nos corredores do salão da história. Baseado no trabalho reprodutivo associado aos papéis de gênero, o emprego doméstico no seu cotidiano delimitava “os lugares” da patroa e da empregada. As atividades de uma não se misturavam com os serviços da outra e assim deveria acontecer também na esfera pública, principalmente, nas áreas de convívio social. Seguramente, uma madame “honrada” ficaria bastante constrangida se tivesse que desfilar sua elegância ao lado das mulheres que lavavam, engomavam, arrumavam, serviam nas suas cozinhas e, para além disso, tinham fama de “curtidoras” de vários homens.

- **Quando os bailes se encerram: algumas considerações**



Mesmo diante de muitas amarras e controles de entrada na sede e nos Bailes Sociais da A.C.I., podemos considerar os salões como lugar de diversas máscaras sociais. Vânia Vasconcelos ao estudar as representações femininas em outra cidade do sertão afirma que “as fronteiras entre ser moça de família e moça falada não eram tão rígidas. Nem sempre as moças de famílias obedeciam às regras estabelecidas, ou as moças faladas faziam tudo o que se diziam delas”.<sup>22</sup> Significativamente, muitas ousavam transgredir os padrões da moral de maneira confidencial e, mesmo assim, mantinham a feição de moças de respeito. Outras se atreviam a desafiar as imposições sem aparentar tamanha preocupação com as consequências. Para as mulheres da elite violar as muitas regras do “bom comportamento” era mais difícil tendo em vista uma atenção em maior constância exercida pelos círculos que frequentava, mas, mesmo diante disso, estas não deixaram de “dar um mau passo”, ainda que lhes custasse à honra da família e os rótulos sociais.

O último ano da década de 1980 marcou a transição do grupo diretor, o qual administrou o Clube por quase vinte anos ininterruptos e a fase de maior abertura aos grupos femininos, sem muito cuidado com a sua reputação. Importante salientar que as décadas de 1960 e 1970 representaram anos de transformação e de destacada efervescência política, social, cultural e ideológica, no Brasil. Foi acentuada a rebeldia em torno dos valores morais existentes especialmente após o lançamento dos medicamentos contraceptivos e da sanção da Lei do Divórcio, por exemplo. Entendemos que a disseminação dessas novas ideias aconteceu de maneira gradual no interior do país, assim acreditamos que na pequena cidade de Retirolândia tais novidades vierem um pouco depois, coincidindo talvez com o período de abertura dos portões da A.C. I. às mulheres “livres”. Conclui-se, portanto, que o Clube Associação Cultural Itatiaia foi resultado de um projeto elitista, pensado para uma parcela virtuosa da sociedade, estritamente ligado aos valores morais de caráter androcêntrico em direção à exclusão de algumas categorias femininas que faziam parte do cotidiano das casas e das ruas da cidade de Retirolândia.

---

\*Aleí dos Santos Lima. Professora de História da Rede Privada de Santo Antônio de Jesus-Ba. Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia, Campus V. Correio Eletrônico: alei.lima@hotmail.com.

---

<sup>1</sup> ASSOCIAÇÃO Cultural Itatiaia (A.C.I.). Livro de Ata da Fundação da Associação Cultural Itatiaia. Retirolândia, nº 01,24 dez.1967, p. 01.

<sup>2</sup>Retirolândia originou-se de uma fazenda denominada Retiro Velho, ponto de repouso de tropeiros, ciganos, pequenos mercadores, vaqueiros, fazendeiros e viajantes, até então situada em terras pertencentes ao município de Conceição do Coité, tendo conseguido a emancipação política em meados de 1962. Localizada no Território do Sisal, o pequeno município (de acordo com o último Censo do IBGE-2010, Retirolândia conta com uma população de 12.059 habitantes) já nasceu com sua economia ligada diretamente a cultura do sisal, até hoje, sua principal base de sustentabilidade.

<sup>3</sup>Importante empresário da sisalicultura e um dos responsáveis pela cadeia produtiva deste vegetal no município referido. Ver: SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus, 2007.p. 80.

<sup>4</sup> RAGO, Margareth. “Trabalho Feminino e Sexualidade”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 604.

<sup>5</sup> Estamos fazendo menção ao período correspondente aos “anos dourados”, o qual tem início após a Segunda Guerra Mundial (1945) e se estende até a década de 70. Estes foram anos marcados pela moralização sexual em que a maternidade, o casamento e a dedicação ao lar eram vistos como intrínsecos ao universo feminino. Ver: BASSANEZI, Carla. 2002.

<sup>6</sup> Entrevista com José Trabuco Rios, ex Membro do Conselho Deliberativo da Associação Cultural Itatiaia e Delegado de Polícia à época. Retirolândia-Ba. Realizada em: 29 jul. 2011.

<sup>7</sup> Entrevista com Adevaldo Martins dos Santos, ex Presidente da Associação Cultural Itatiaia (A.C.I.). Retirolândia-Ba. Realizada em: 28 jul. 2011.

<sup>8</sup> SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano” In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 389.

<sup>9</sup> Entrevista com Terezinha Joana Oliveira Carneiro, esposa de ex Secretário e Presidente da Associação Cultural Itatiaia (A.C.I.). Retirolândia-Ba. Realizada em: 30 jul. 2011.

<sup>10</sup>Recorremos ao termo “portas a dentro”, muito utilizado na Bahia do século XIX para se referir as criadas que desenvolviam todos os afazeres da casa: de arrumadeiras, cozinheiras a amas. Essa versatilidade da mão de obra doméstica era bastante comum entre as famílias de poucos recursos. Ver: SANCHES, Maria Aparecida Prazeres, 1998, pp. 60-61.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. **Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico**, Salvador 1990/1950. Dissertação. Mestrado em História. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998, pp. 60-61.

<sup>12</sup> Entrevista com Florizete Martins dos Santos, doméstica à época dos Bailes. Retirolândia-Ba. Realizada em: 30 jul. 2011.

<sup>13</sup> Ibid.2011.

<sup>14</sup>Caçutinga e pau de rato são plantas endêmicas da caatinga, muito utilizadas no preparo de bebidas à base de infusão das cascas dos seus troncos misturadas com mel de abelha e cachaça.

<sup>15</sup>Motor é o nome dado à máquina, localizada em meio aos roçados, em que se processa o desfibramento do sisal, do qual resultam os fios que são vendidos aos donos de batedeiras. A batedeira, por sua vez, é uma usina um pouco mais desenvolvida. É nesta que acontece a limpeza, o enfardamento e o prensamento das fibras de sisal.

<sup>16</sup> SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Op cit* 1998, pp. 64-65.

<sup>17</sup>Florizete Martins dos Santos deixou o trabalho doméstico na casa de terceiros e casou-se com o motorista Alberto Dantas de Lima em dezembro de 1980. Antes de se casar, Alberto Dantas, havia comprado a joia de Sócio Efetivo do Clube Associação Cultural Itatiaia, no valor de NCr\$ 5.000,00, conforme consta no rol de fichas de admissões da A.C.I. Assim, Florizete Martins passou a participar das atividades recreativas da entidade sem maiores impedimentos.

<sup>18</sup> Entrevista com Maria Neuza de Sá Oliveira, doméstica à época dos Bailes. Retirolândia-Ba. Realizada em: 30 jul. 2011.

<sup>19</sup> Ibid.2011.

<sup>20</sup>Poucos são os trabalhos que abordam a escravidão no interior da Bahia. Dentre estes, destacamos o estudo realizado por Iara Nancy Rios sobre a experiência escravista em terras do sertão dos Tocós mais precisamente na antiga Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, importante ponto de apoio para viajantes e pasto de gados em direção as minas de Jacobina. A autora analisou registros de compra e venda de terras e escravos, cartas de alforrias, registros eclesiásticos, inventários, entre outras, que apontaram vestígios do sistema escravista no sertão da Bahia e evidenciaram um significativo mercado de

---

transações comerciais de escravos em Coité da segunda metade do século XIX. Sobre essa questão ver: RIOS, Iara Nancy Araújo, 2003.

<sup>21</sup> Id. **As razões do Coração**: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador, 1889/1950. Tese. Doutorado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010. pp. 155.

<sup>22</sup>VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. **Evas e Marias em Serrolândia**: práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990). Salvador: EGBA, Fundação Pedro Calmon, 2007, p. 40.